



República de Moçambique

PROJECTO SUPORTE
INSTITUCIONAL AO
MINAG



Comissão Europeia

M a n u a l **(Formador)**

CURSO de GESTÃO de FINANÇAS PÚBLICAS

M I N A G

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Direcção de Administração e Finanças

Moçambique, 2011



CREATION OF COMPETENCE FOR COMPETITION





República de Moçambique

PROJECTO SUPORTE
INSTITUCIONAL AO
MINAG



Comissão Europeia

Capítulo B 2

Sistema, Instituições e Quadro jurídico da GFP

CURSO de GESTÃO de FINANÇAS PÚBLICAS
Direcção de Administração e Finanças



CREATION OF COMPETENCE FOR COMPETITION



INTRODUÇÃO AO SISTEMA, INSTITUIÇÕES E INSTRUMENTOS DO ESTADO: O MOBILE DOS CABIDES

Informação geral

Objectivos:

Os participantes são capaz de:

- Entender o próprio papel dentro do sistema da instituição e no contexto dos actores relevantes no sector de Agricultura em Moçambique
- Reflectir sobre os objectivos do próprio trabalho dentro do sistema das relevantes instituições públicas do sector agrário
- Resumir as estratégias e instrumentos principais de planificação e orçamentação a nível nacional e do MINAG
- Perceber a complexidade e necessidades de uma boa interacção com relevantes intervenientes

Duração:

1 hora

Técnicas:

Exercício de simulação, discussão, trabalho em grupo

Nível de dificuldade:

Médio

Requisitos:

- 7-8 cabides;
- 4-5 copias da Lei n.º 8/2003 de 19 de Maio
- 1 folha flip chart,
- Cartões metaplan
- Quadro metaplan para apresentação de resultados
- Alfinetes

Preparação da sala:

No início as cadeiras estão colocadas em forma de U com espaço suficiente para o trabalho em grupo.

Introdução

O presente exercício serve como introdução do curso “Gestão de Finanças Publicas no sector de Agricultura”.

Para ter sucesso, as estratégias nacionais e do MINAG precisam de ter um bom esquema de operacionalização dos processos de planificação e orçamentação nos vários níveis do Estado e seus órgãos no nível central, provincial e distrital.

Isto requer que cada um dos funcionários reconheça o seu papel no sistema e entende o seu trabalho como contribuição para atingir os objectivos políticos do sector. O objectivo do exercício é de desenvolver, em conjunto, uma visão sistémica da instituição, do sector e dos processos de planificação e orçamentação.

Procedimento

Passos	Tempo	Conteúdos mais importantes	Material requerido	Dicas
Introdução	2'	O facilitador anuncia que segue uma introdução a Gestão de Finanças Públicas. Ele chama dois funcionários para a frente da sala.		
Acção	10'	O facilitador pede a plenária para observar o comportamento dos voluntários com atenção. O facilitador explica aos dois voluntários que devem construir um mobile com o material existente (os cabides). Ele explica que eles devem manter o mobile em equilíbrio. Depois ele instrui um dos participantes a dar um toque ao mobile.	7-8 cabides; folhas de flipchart, marcadores, cartões de metaplan, alfinetes, quadros	
Processamento	10'	Perguntas por parte do facilitador: Quais são as características e peculiaridades do mobile? O que acontece quando se provoca a movimentação de um elemento?		
Generalização & Aplicação	30'	O que pode simbolizar o mobile? Para que contexto real podem ser transferidas as observações feitas? Quais são as características de um sistema?	Cartões preparadas com o material de fundo; Cópias da	Junto com a plenária o facilitador elabora o material de fundo.

Passos	Tempo	Conteúdos mais importantes	Material requerido	Dicas
		Qual é a estrutura e as características do sistema em que trabalham? Quais são os elementos/instituições/clientes com que lidam no seu dia-a-dia? Quais são os mais importantes deles? Quais são os objectivos da sua instituição? Quais são os principais objectivos relacionados ao sector agrário? Qual é a relação dos objectivos da sua instituição com os objectivos preconizados nos documentos estratégicos do país? O que significam as estratégias e instrumentos políticos para o seu trabalho?	Lei n.º 8/2003 de 19 de Maio	

Dicas para a preparação, situações e problemas típicos

O facilitador tem que estar preparado para o caso em que se encontrem participantes de várias instituições (ex. DPAs e SDAEs) dentro do curso. Neste caso será preciso apresentar as estruturas e objectivos das respectivas organizações para incluir todos neste exercício.

Variação

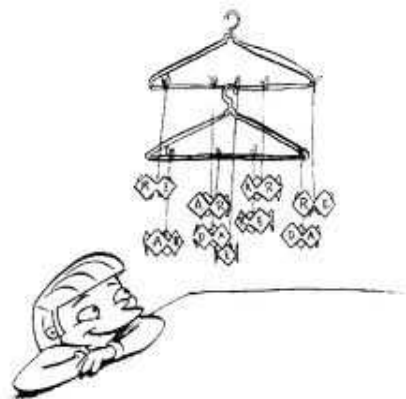
No caso de haver vários participantes de diferentes instituições, recomenda-se que elaborem alguns dos conteúdos/material de fundo em grupos e não na plenária.

Material de fundo

O MOBILE DOS CABIDES

Observações relativas ao funcionamento de um sistema

- O mobile dos cabides representa um sistema
- Todos os elementos - os cabides - têm relação com todos os outros elementos
- O sistema é composto de vários elementos ou "subsistemas"
- Cada cabide representa um "subsistema" e tem relação com os outros elementos
- O sistema na sua totalidade é muito frágil. Não é fácil manter o sistema em equilíbrio
- Uma mudança no movimento de um elemento do sistema causa mudanças nos movimentos de todos/muitos outros elementos
- O movimento de um elemento do sistema provoca efeitos primários (directos) e secundários (indirectos, causados pelo movimento de um outro elemento)
- Vários factores externos (p. ex. ventilador, abalo) podem irritar o equilíbrio do sistema e causar o movimento dos elementos
- Não é possível prever, influir ou controlar exactamente os efeitos (primários e secundários) provocados por uma irritação do sistema
- Geralmente é difícil controlar a intensidade dos efeitos de uma irritação
- Uma irritação não surte efeito imediatamente. Retardamentos são típicos no funcionamento de um sistema



As observações acima feitas durante o jogo dos cabides podem ser transferidas para o funcionamento de uma organização, como sistema institucional:

Os cabides individuais representam os "subsistemas" de uma instituição, por exemplo, os departamentos ou os indivíduos a trabalhar na organização.

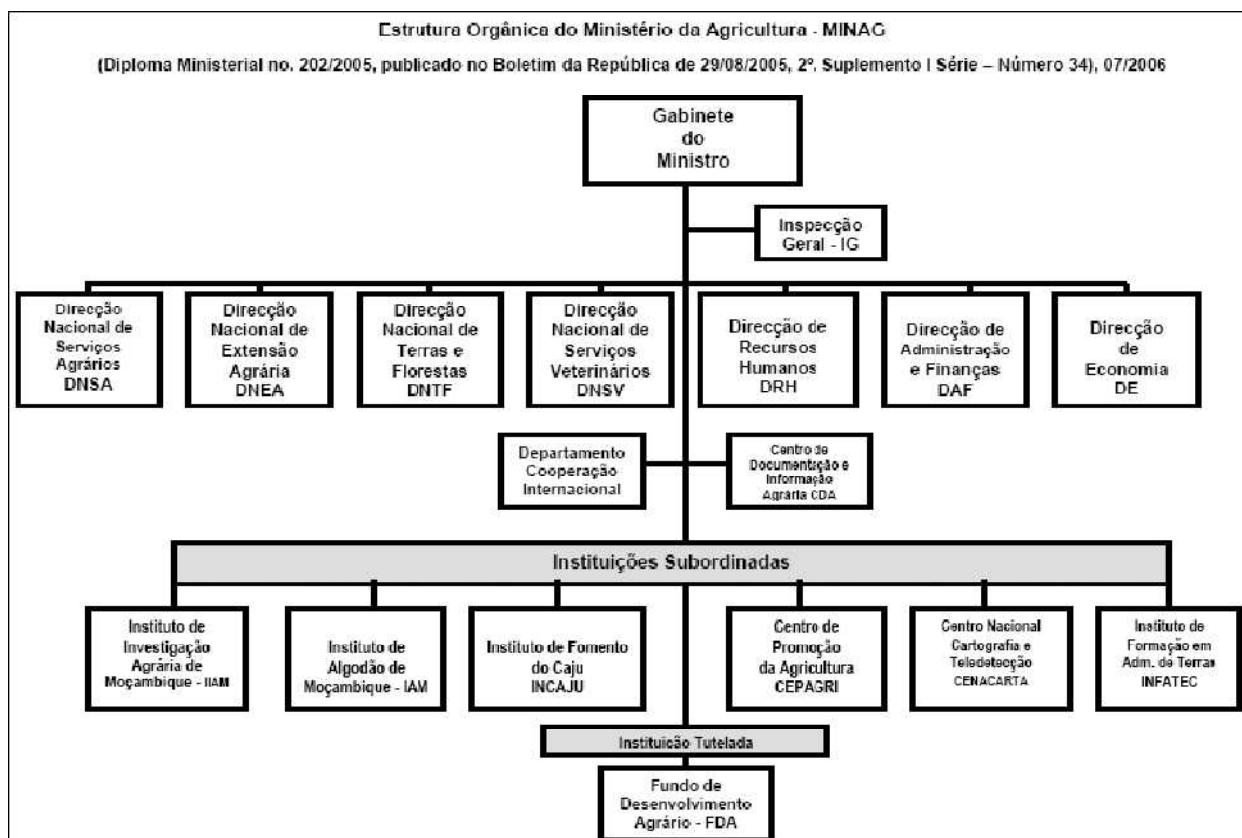
ESTRUTURA ORGÂNICA DO MINAG

Estrutura Orgânica do MINAG

Segundo o Artigo 1 do actual Estatuto Orgânico, o MINAG estrutura-se em conformidade com as seguintes actividades:

- Administração, maneio, protecção, e conservação de recursos essenciais à actividade agrária, em particular da terra, água, florestas, animais domésticos e fauna bravia;
- Fomento da produção, agro-industrialização, comercialização de insumos e produtos agrários;
- Defesa sanitária vegetal e animal;
- Extensão rural (assistência técnica ao produtor rural) agrária e assistência aos produtores;
- Infra-estruturas básicas e serviços de apoio aos produtores;
- Investigação e tecnologia agrária e sua disseminação.

Estrutura Orgânica do Ministério da Agricultura - MINAG



Fonte: S. Ramagem: Reestruturação Orgânica do Ministério da Agricultura, Agosto de 2006.

O MINAG tem a seguinte estrutura:

Órgãos de assistência directa ao Ministro

GM Gabinete do Ministro

IG Inspeção Geral

DCI Departamento de Cooperação Internacional/Coordenação PROAGRI

Órgãos de Coordenação do MINAG

DNSA Direcção Nacional de Serviços Agrários

DNSV Direcção Nacional de Serviços Veterinários

DNTF Direcção Nacional de Terras e Florestas

DNEA Direcção Nacional de Extensão Agrária

Órgãos de apoio do MINAG

DE Direcção de Economia

DAF Direcção de Administração e Finanças

DRH Direcção de Recursos Humanos

CDA Centro de Documentação e Informação Agrícola

São instituições subordinadas:

IIAM Instituto de Investigação Agrária de Moçambique;

IAM Instituto do Algodão de Moçambique;

INCAJÚ Instituto de Fomento do Caju;

CEPAGRI Centro de Promoção da Agricultura;

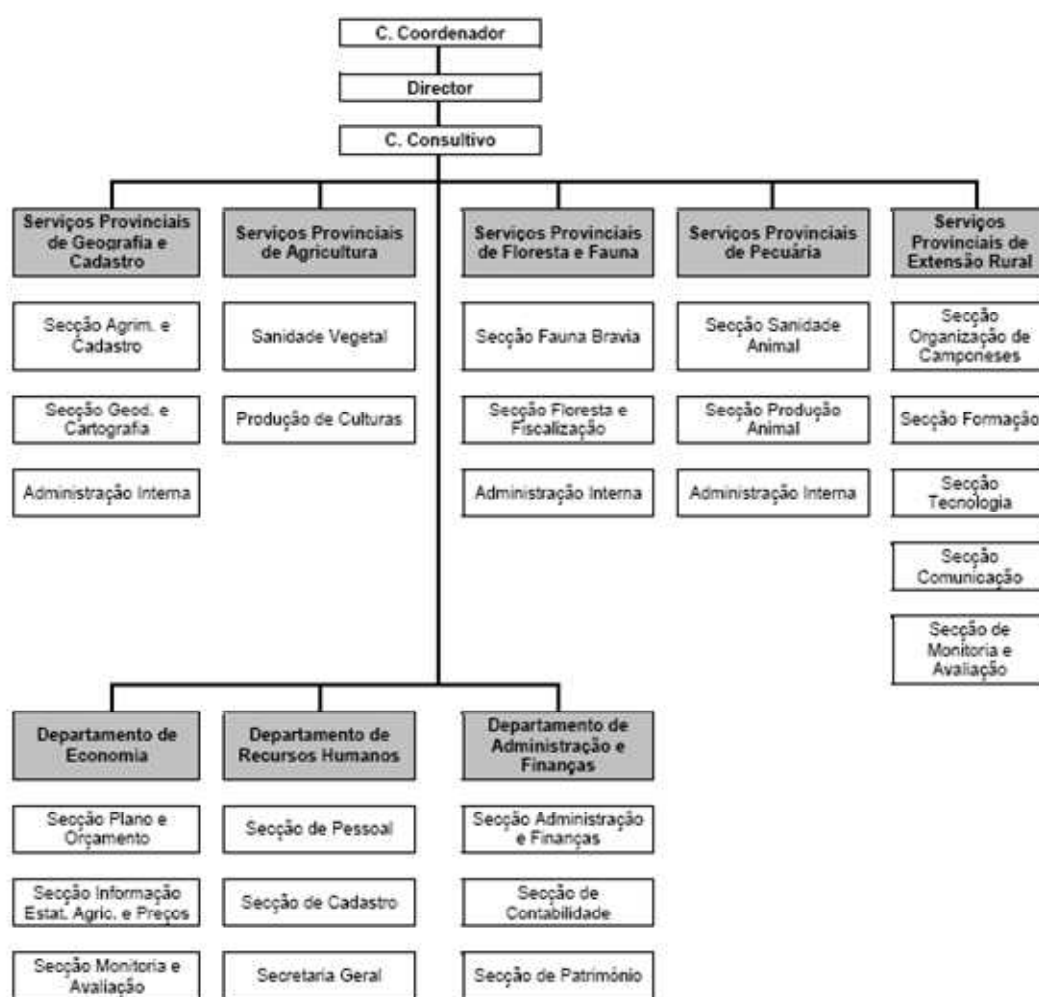
CENACARTA Centro Nacional de Cartografia e Teledetecção;

INFATEC Instituto de Formação em Administração de Terras e Cartografia.

ESTRUTURA ORGÂNICA DAS DPAs

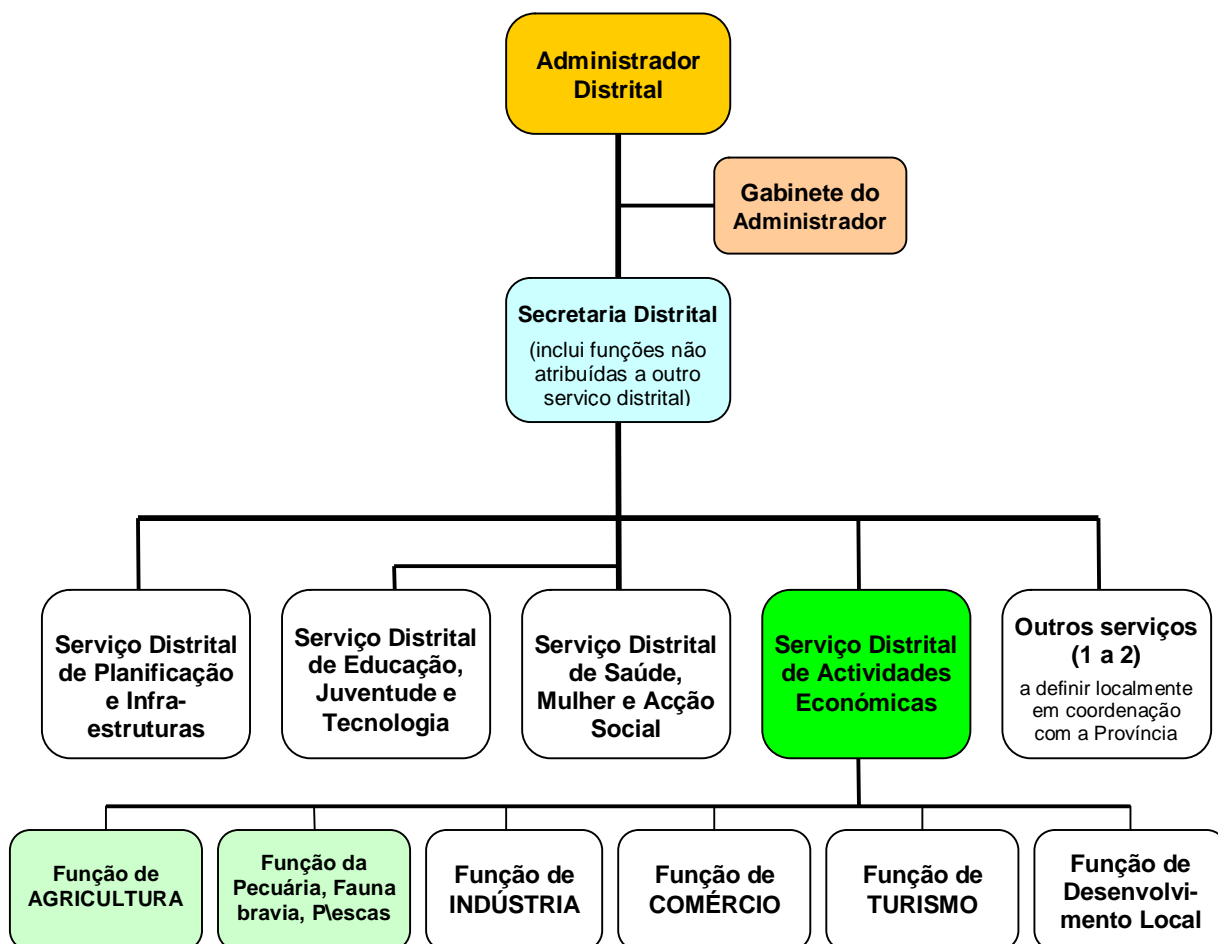
Ao **nível provincial**, conta-se com 10 DPAs (Direcções Provinciais de Agricultura), uma em cada província, encarregadas da disseminação das políticas e da planificação e coordenação das actividades nas próprias províncias. A **estrutura ao nível provincial** reflecte a estrutura do nível central; esta "verticalidade" facilita o relacionamento entre os dois níveis. A título de exemplo, é apresentado a seguir o organigrama da DPA do Niassa, por ser representativo dos demais DPAs.

Estrutura Orgânica da DPA Niassa



ESTRUTURA ORGÂNICA DO GOVERNO DISTRITAL

O processo de planificação em Moçambique é feito da base para o topo. Na base temos os SDAEs. Vejamos a estrutura orgânica da base.



OBJECTIVOS DOS SERVIÇOS PROVINCIAIS E DISTRICTAIS

Em acordo com a **Lei n.º 8/2003 de 19 de Maio:**

Artigo 27: Serviços provinciais

1. Podem ser criados serviços provinciais, quando as necessidades, potencialidade e capacidades de desenvolvimento do sector, ramo ou área assim o exigirem.
2. Os serviços provinciais garantem, sob direcção dos respectivos chefes:
 - a. A execução de planos e programas definidos pelos órgãos do Estado de escalão superior e pelo Governo Provincial para os respectivos sectores de actividades.
 - b. A orientação e apoio as unidades económicas e sociais dos respectivos sectores de actividades.
3. A criação dos serviços provinciais é feita centralmente ou sob proposta do respectivo Governo Provincial.

Artigo 43: Serviços distritais

1. Os serviços distritais garantem, sob direcção dos respectivos directores:
 - a. A execução de programas e planos definidos pelos órgãos do Estado de escalão superior;
 - b. A orientação e apoio as unidades económicas e sociais dos respectivos sectores de actividades.
2. A criação dos serviços distritais é da competência do Governador Provincial, dependendo das necessidades, potencialidades e capacidades de desenvolvimento económico, social e cultural de cada distrito.
3. As funções, organização e competências específicas dos serviços distritais são estabelecidas pelo respectivo estatuto orgânico.

Artigo 19: Competência do Governo Provincial

Compete ao Governo Provincial:

- a) Aprovar a proposta do plano e orçamento provincial, supervisionar a sua execução e apreciar o respectivo relatório balanço, observando as decisões do Conselho de Ministros;
- b) Supervisionar a acção e o funcionamento dos órgãos locais do Estado dos escalões de distrito, posto administrativo e localidade, em conformidade com a lei, as deliberações do Conselho de Ministros e com as especificidades da respectiva província;
- c) Deliberar sobre questões que se suscitam em relação a aplicação de decisões emanadas das autoridades centrais da administração do Estado;

- d) Fazer o acompanhamento da execução das medidas preventivas ou de socorro, em casos de eminência ou ocorrência de acidente grave ou calamidade, determinadas nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 17;
- e) Exercer outras competências atribuídas por lei.

OBJECTIVOS DO GOVERNO (VEJA PES):

- Garantir a segurança alimentar para todas as pessoas e em todos os momentos, em quantidade e qualidade que assegurem a manutenção de uma vida activa e saudável em todo o país.
- Pretende-se uma maior renda e rentabilidade dos produtores e uma produção agrária orientada para o mercado interno e externo, salvaguardando-se o uso sustentável dos recursos naturais e a preservação do equilíbrio ambiental.

RESUMO DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DE MOÇAMBIQUE

Visão	Um sector agrário integrado, próspero, competitivo e sustentável
Objectivos Estratégico	Contribuir para a segurança alimentar e a renda dos produtores agrários, de maneira competitiva e sustentável, garantindo a equidade social e de género
Objectivos específicos	<ul style="list-style-type: none">- Aumentada a produção e a produtividade agrária e a sua competitividade- Melhoradas as infra-estruturas e os serviços para os mercados e comercialização- Uso sustentável dos recursos de terra, água, florestas e fauna- Quadro legal e políticas conducentes a investimento agrário- Reforçadas as instituições agrárias

1 Aumentada a produção e a produtividade agrária e a sua competitividade	1.1 Adoptadas tecnologias melhoradas pelos agricultores para o aumento da produtividade agrícola e da produção animal
	1.2 Aumentada a capacidade dos serviços de extensão para disponibilizar com eficácia tecnologias e práticas avançadas
	1.3 Reforçado o sistema de investigação para desenvolver ou adaptar e disponibilizar tecnologias e práticas agrárias avançadas
	1.4 Melhorada a disponibilidade e a gestão de água para a agricultura e para a produção animal
	1.5 Melhorada a fertilidade do solo
	1.6 Melhorado o controle de pragas e doenças das culturas e dos animais de criação

	1.7 Aumentada a mecanização agrária e o uso de tecnologias eficientes
	1.8 Aumentada a produção de culturas para bio combustíveis
2 Melhoradas as infra-estruturas e os serviços para os mercados e comercialização	2.1 Aumentado o investimento do governo na agricultura e em infra-estruturas rurais
	2.2 Melhorada a infra-estrutura rural (rede de estradas, instalações de armazenamento, mercados)
	2.3 Melhorada a capacidade de regulamentação e cumprimento dos padrões e garantia de qualidade dos produtos agrícolas e animais
	2.4 Acrescentado valor aos produtos agrícolas, animais e florestais
	2.5 Melhorado o manuseamento pós-colheita dos produtos agrícolas
	2.6 Melhorada a capacidade dos actores ao longo de toda a cadeia de valor (agricultores, processadores de produtos agrários, comerciantes) para participarem nos mercados doméstico e internacional
	2.7 Reforçada a capacidade do sector privado para fornecer insumos agrários (sementes, fertilizantes, agro químicos, drogas e medicamentos para uso veterinário, instrumentos e equipamento)
	2.8 Sistema de informação para recolher e disseminar informação para tomada de decisão - agricultores, processadores, comerciantes e fazedores de políticas - em funcionamento
	2.9 Reforçadas as políticas de apoio aos mercados de insumos
3 Uso sustentável dos recursos de terra, água, florestas e fauna	3.1 Aumentado o conhecimento teórico e prático no uso sustentável dos recursos naturais – terra, água, florestas e fauna
	3.2 Melhorada a capacidade do Ministério da Agricultura, Ministério do Ambiente e outros actores (ex. ONGs) para analisar e formular políticas e programas relacionados com a terra, água, florestas e mudanças climáticas
	3.3 Melhorada a gestão da terra
	3.4 Recursos florestais usados de forma sustentável
	3.5 Aumentada a capacidade das comunidades rurais para prevenir e controlar as queimadas florestais
	3.6 Melhorada a capacidade das comunidades rurais e dos funcionários do sector de fauna bravia para uma gestão sustentável destes recursos e diminuição do conflito homem - fauna bravia.
	3.7 Melhorada a capacidade de resposta aos efeitos das mudanças climáticas
4 Quadro legal e políticas conducentes a investimento agrário	4.1 Políticas consistentes com os objectivos do sector
	4.2 Reforçado o sistema de informação agrária
	4.3 Melhorada a segurança de posse e administração da terra

5 Reforçadas as instituições agrárias	5.1 Reforçadas as organizações de agricultores
	5.2 Desenvolvido o capital humano
	5.3 Reforçada a coordenação das instituições agrárias e de segurança alimentar

O PROCESSO DE PLANIFICAÇÃO E ORÇAMENTAÇÃO EM MOÇAMBIQUE – NÍVEL NACIONAL

Coordenação do Processo de Planificação

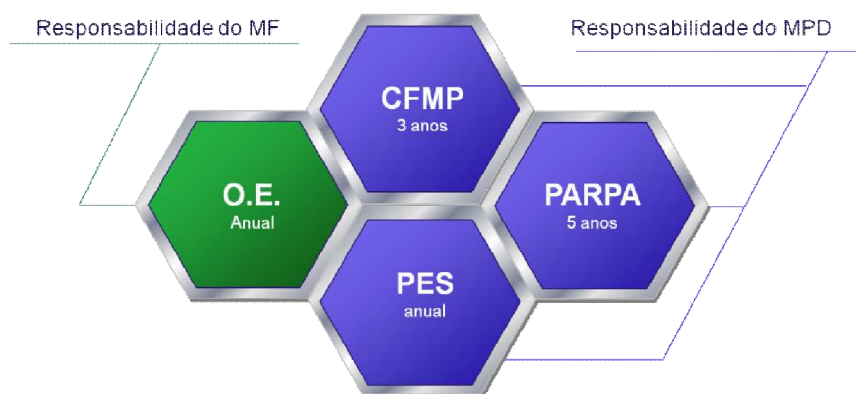
Em Moçambique, o exercício da planificação nacional e de orçamentação é **coordenado** pelo:

- » **Ministério de Plano e Desenvolvimento (MPD)**, e
- » **Ministério das Finanças (MF)**.

Ao nível das províncias a entidade que coordena o processo são as Direcções Provinciais de Plano e Finanças.

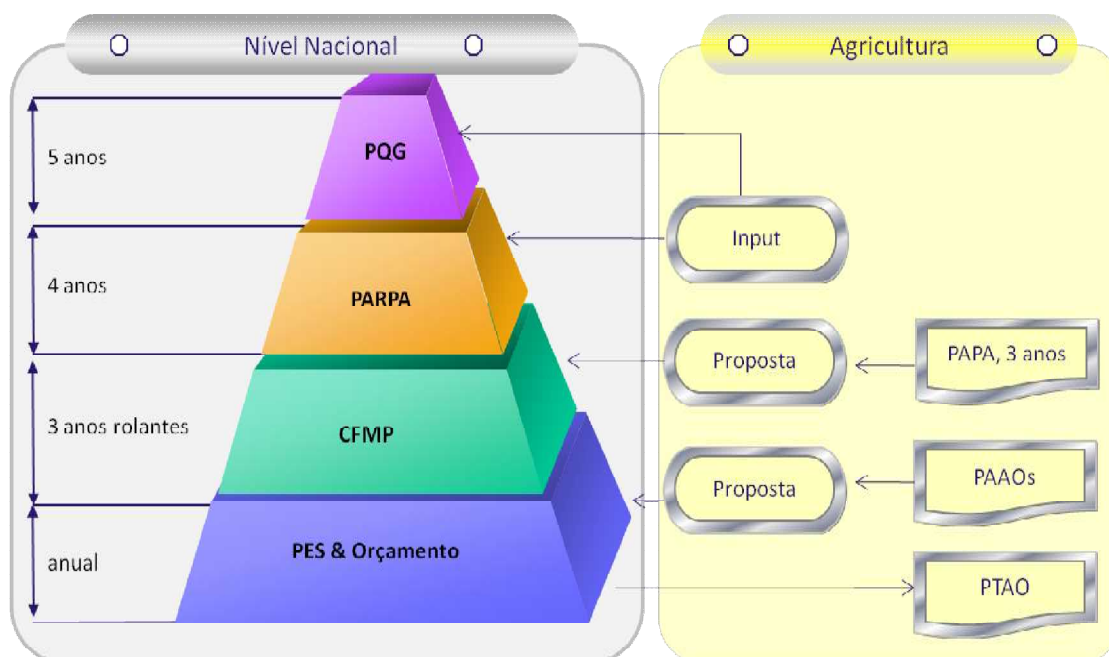
Instrumentos de planificação nacionais

Os instrumentos de planificação para o governo como um todo são:



As políticas e estratégias a médio prazo são operacionalizadas no Plano Económico e Social anual. No PES são apresentados os sucessos do ano anterior e as prioridades para o ano futuro. Os dados de entrada do PES provêm das províncias e dos sectores. Para além dos seus dados de entrada para o PARPA e o PES, as províncias e sectores também possuem os seus próprios Planos Estratégicos e planos operacionais anuais.

Hierarquia dos Instrumentos de Planificação em Moçambique



No topo da hierarquia é o **Programa Quinquenal do Governo, PQG**, que é apresentado à Assembleia Nacional no prazo de 60 dias de um novo governo tomar posse.

O **PARPA** enuncia os objectivos do programa de governo de cinco anos em mais detalhes. É o documento principal da política e de referência que orienta o enquadramento do CFMP, o orçamento anual, e PES.

Implementação do PARPA é monitoria através do relatório anual sobre a execução do PES do ano anterior (**Balanço do PES; BdPES**), que é submetida à Assembleia Nacional e discutido em sessão plenária.

O PARPA foi elaborado em um processo que envolveu intensa interacção entre o MPD e os ministérios de linha (chamados "sectores" em Moçambique). O PES anual é elaborado com base nas propostas que os sectores (ministérios, instituições) enviam para o MPD. As propostas são consolidados e ajustados antes de o documento final é apresentado à Assembleia Nacional.

O **CFMP** Cenário Fiscal de Médio Prazo é um instrumento de planificação de médio prazo que serve para a preparação e elaboração do Orçamento do Estado. Cria uma hierarquia clara de objectivos desde o PQG passando pelo PARPA II terminando no planeamento sectorial.

O CFMP, que precede o período de preparação do orçamento, estabelece os limites máximos orçamentais para o ano seguinte ("Ano 1") e os limites máximos provisórios para mais dois anos. É actualizado todos os anos o que permite uma revisão da previsão das receitas no mesmo período, possibilitando alterações estruturais na despesa. O CFMP propõe a atribuição de todas as fontes de receitas, incluindo os fundos que vem como

budget support (apoio orçamental geral), apoio a programas sectoriais ou projectos tradicionais.

O CFMP é **coordenado pelo MPD**, mas é um esforço conjunto entre o MPD e MF.

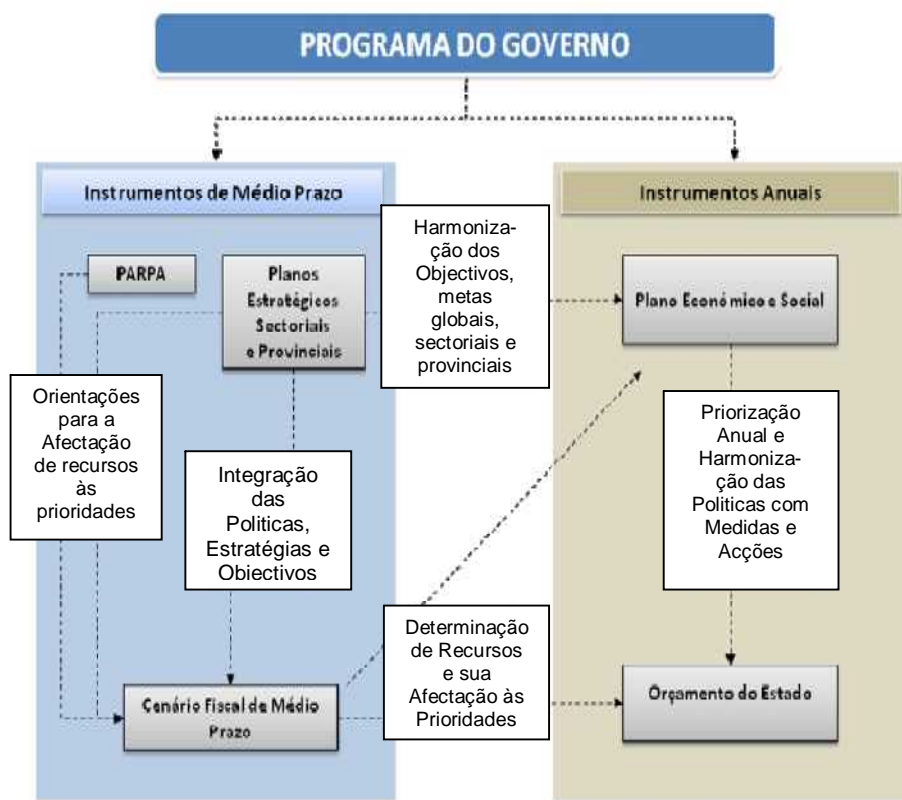
Intervenientes nos Instrumentos de Planificação

A tabela abaixo fornece uma descrição geral dos instrumentos de planificação de Moçambique e o envolvimento dos diferentes intervenientes.

Tabela 1: Envolvimento dos intervenientes nos instrumentos de planificação

Documento	Governo	Parlamento	Sociedade Civil	Doadores
Agenda 2025	Iniciado pelo Governo	Patrocinado pelo Parlamento	A Agenda 2025 foi elaborada por um grupo não governamental, o Comité de Conselheiros, constituído por 14 personalidades de várias áreas, incluindo partidos políticos, organizações religiosas, comunidade comercial, académicos e artistas. Participação na consulta	Participação na consulta
PQG	Compilado pelo MPD. Os dados de entrada são fornecidos por Ministérios (incluindo o Ministério da Mulher e a Acção Social, MMAS) e autoridades de baixo nível	Comentários e aprovação na sessão plenária. Discutido previamente pelas Diferentes comissões de trabalho (incluindo a Comissão de Assuntos Sociais, Género e Ambiente)	Sem envolvimento	Sem envolvimento
PARPA II	Compilado pelo MPD. Os dados de entrada são fornecidos pelos Ministérios (incluindo o MMAS) e autoridades de baixo nível	Sem envolvimento	Participou no processo de formulação (incluindo Fórum Mulher)	Influência através do diálogo da política, apoio financeiro, assistência técnica, os diferentes grupos de trabalho (incluindo o Grupo de Trabalho relacionado com o Género) e o PAF
PES	Compilado pelo MPD. Os dados de entrada fornecidos pelas províncias e Ministérios de linha (incluindo o MMAS)	Comentários e aprovação na sessão plenária. Discutido previamente pelas diferentes comissões de trabalho (incluindo a Comissão de Assuntos Sociais, Género e Ambiente)	Sem envolvimento	Influência através do diálogo da política, apoio financeiro, assistência técnica e o PAF

RESUMO: PLANIFICAÇÃO E ORÇAMENTAÇÃO





Governo de Moçambique
Ministério da Agricultura

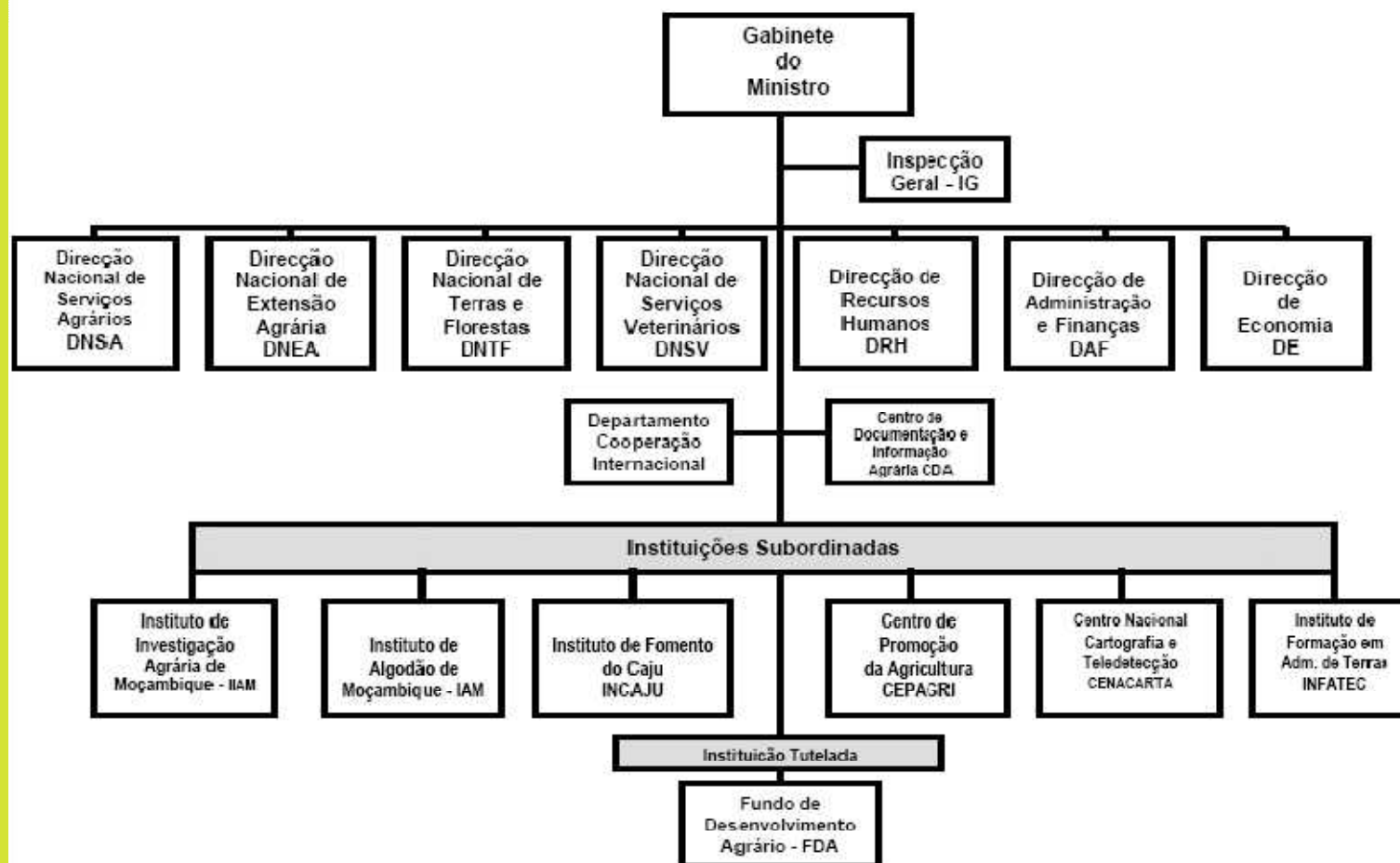
INTRODUÇÃO AOS INSTRUMENTOS E INSTITUIÇÕES DE PLANIFICAÇÃO E ORÇAMENTAÇÃO

MODULO II: Sistema, Instituições e Instrumentos do Estado

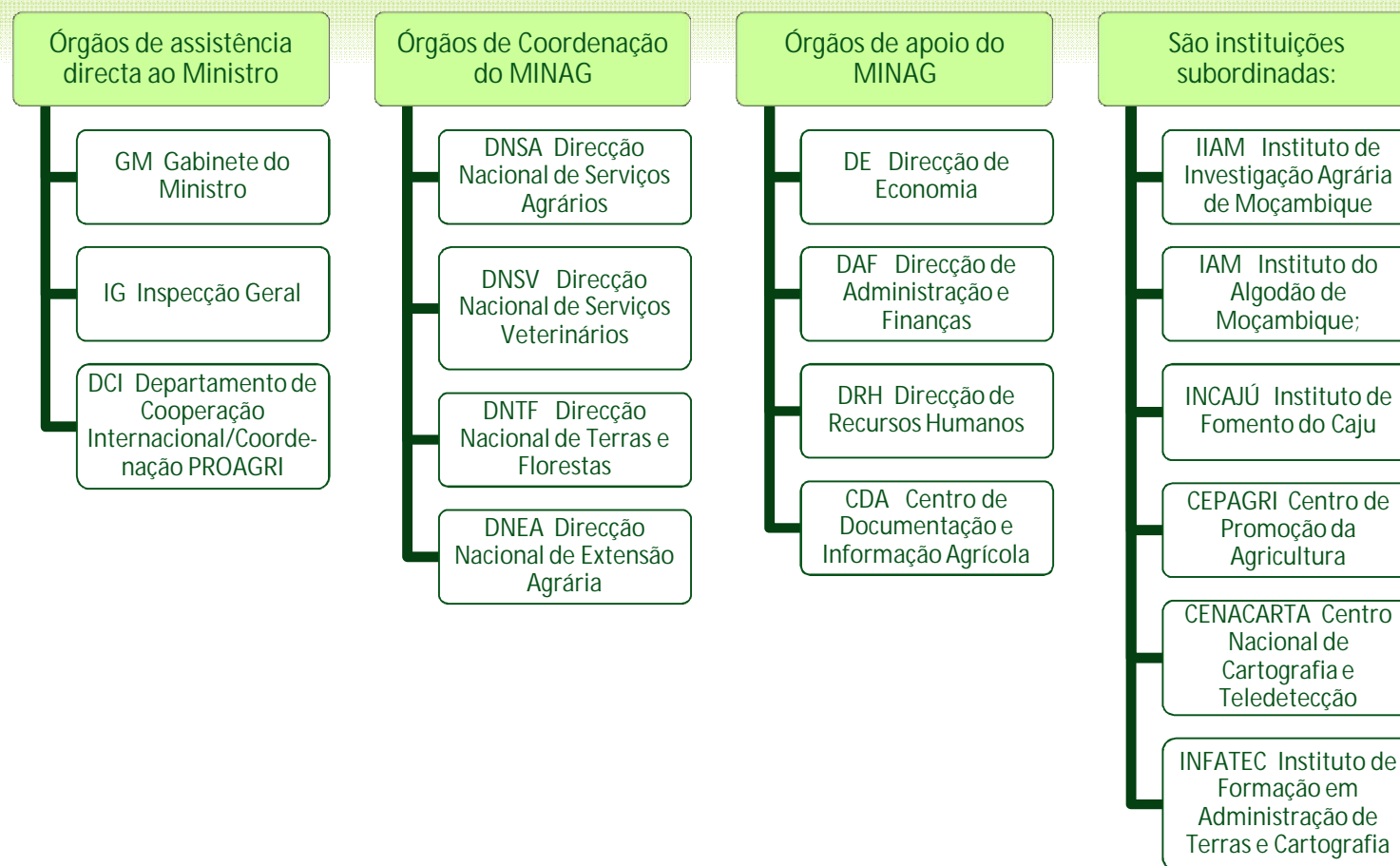
ESTRUTURA ORGÂNICA DO MINAG

Estrutura Orgânica do Ministério da Agricultura - MINAG

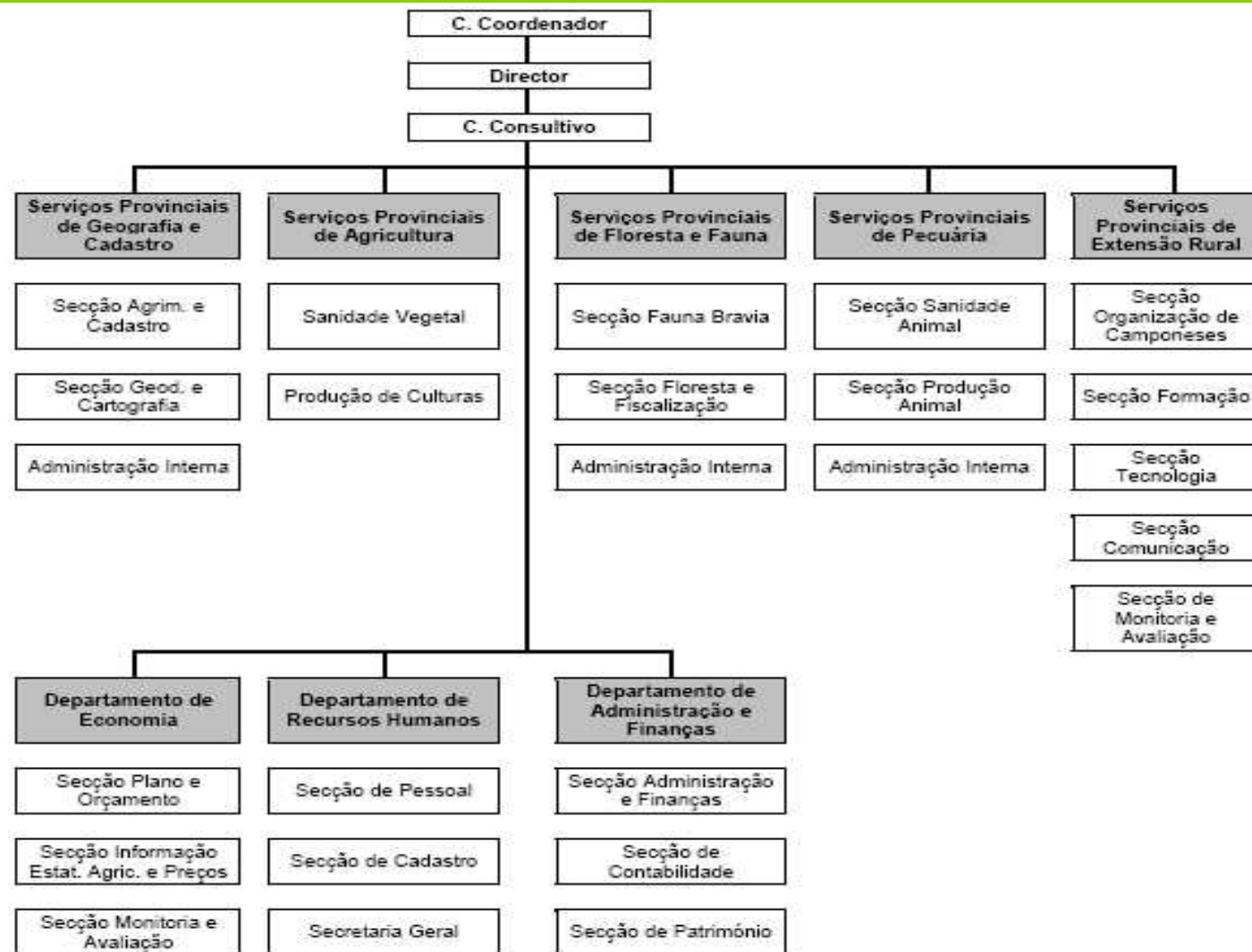
(Diploma Ministerial no. 202/2005, publicado no Boletim da República de 29/08/2005, 2º. Suplemento I Série – Número 34), 07/2006



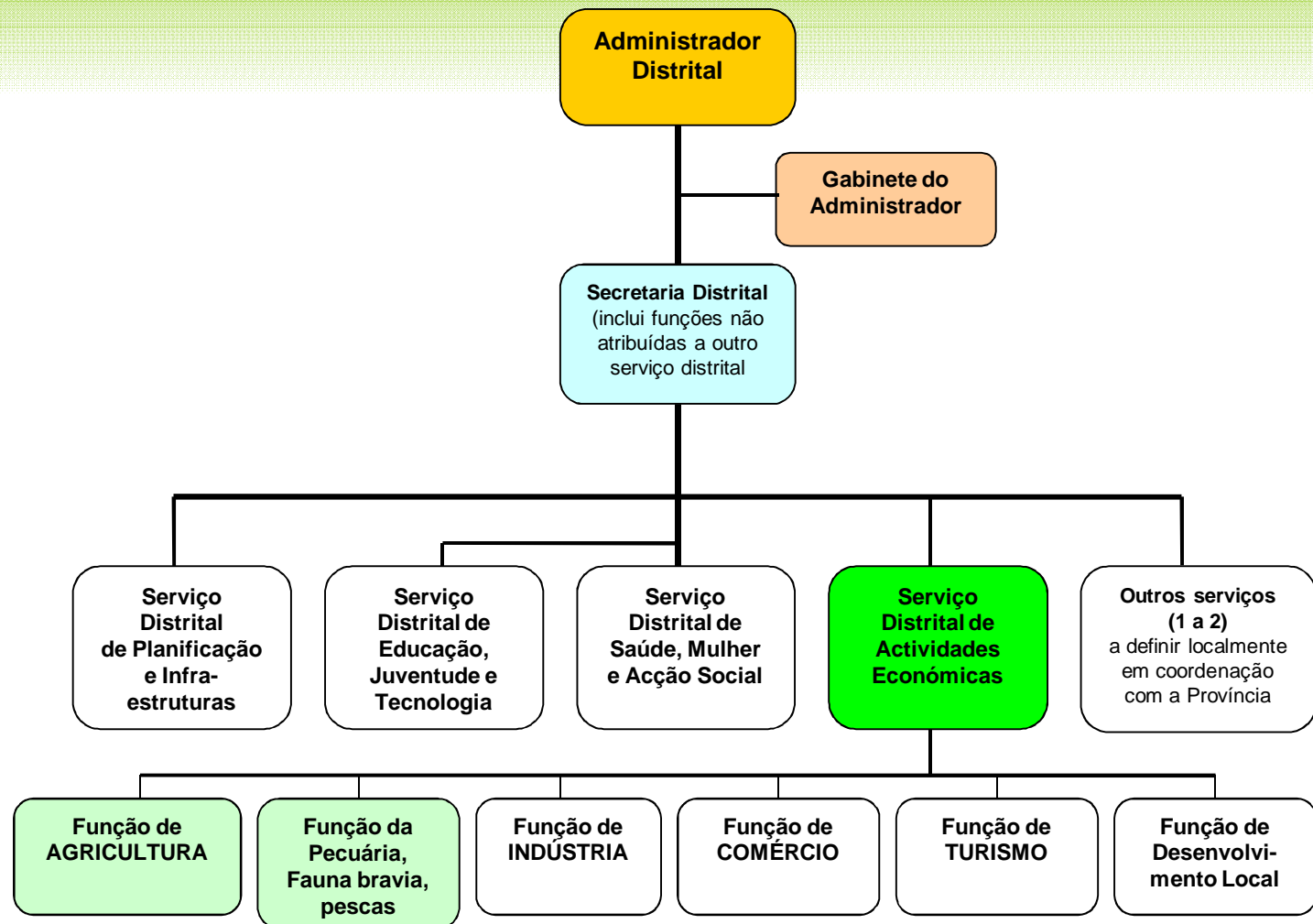
ESTRUTURA ORGÂNICA DO MINAG



ESTRUTURA ORGÂNICA DA DPA NIASSA



ESTRUTURA ORGANICA DO GOVERNO DISTRITAL

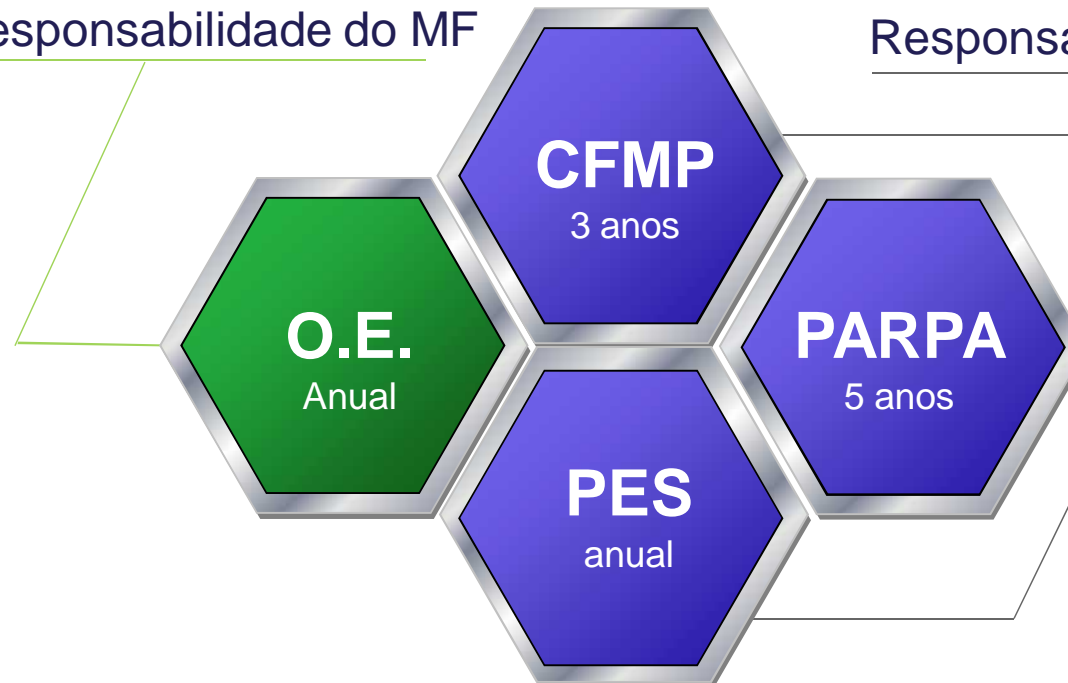


INSTRUMENTOS DE PLANIFICAÇÃO

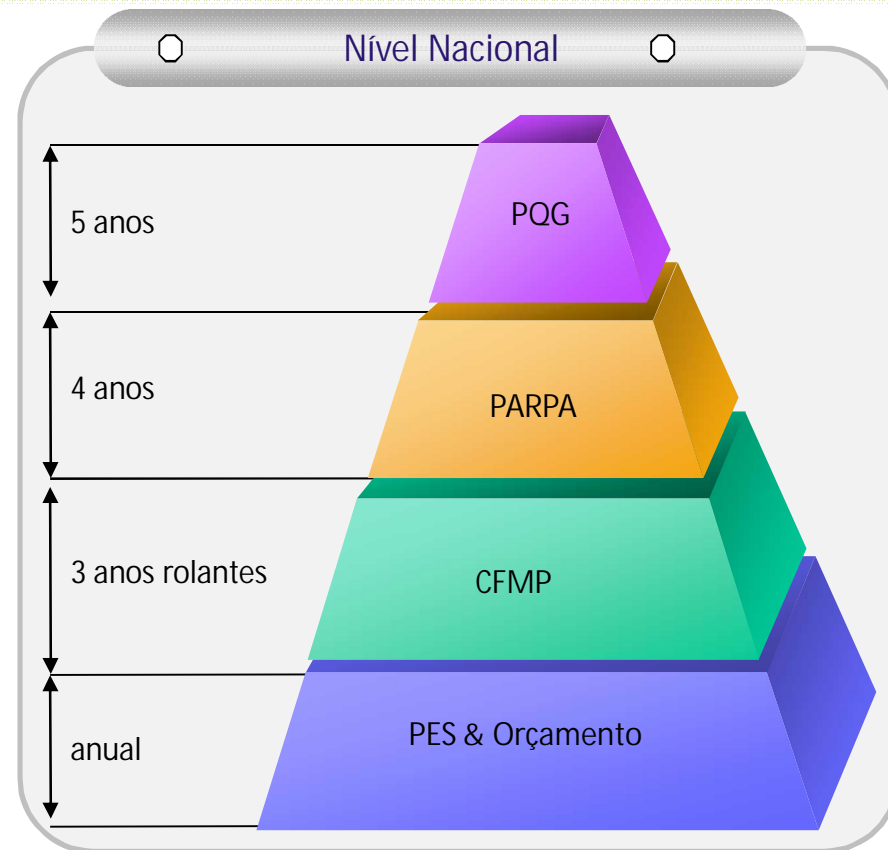
Os instrumentos de planificação para o governo como um todo são:

Responsabilidade do MF

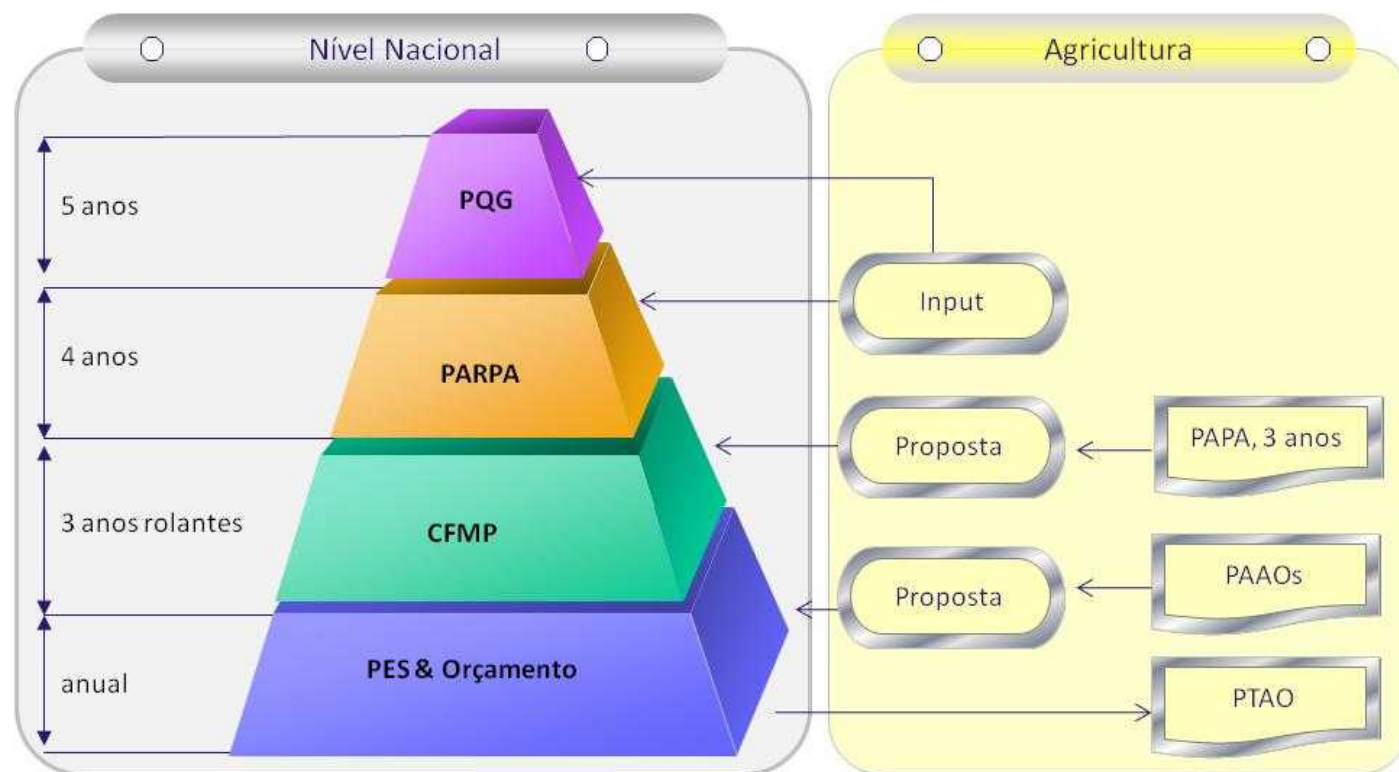
Responsabilidade do MPD



HIERARQUIA DOS INSTRUMENTOS DE PLANIFICAÇÃO



PAPEL DO MINAG NA PLANIFICAÇÃO NACIONAL



RESUMO: PLANIFICAÇÃO E ORÇAMENTAÇÃO



ANALIZAR A LEGISLAÇÃO QUE NORTEIA A GESTÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS EM MOÇAMBIQUE

Informação geral

- a) Objectivos:
- Os participantes são:
- a) Informados sobre as Leis e Regulamentos aplicáveis
 - b) São capazes de descrever os objectivos das leis e regulamentos que norteiam a GFP
 - c) Conhecem os principais conteúdos das Leis e Regulamentos de GFP

Duração: 1.5 Horas

Técnicas: Chuva de ideias, trabalho em grupo discussão, apresentação

Nível de dificuldade: Médio/difícil

Requisitos: Leis e decretos que norteiam a GFP em Moçambique
Flipchart com papel
Cartões
Marcadores
Quadros

Preparação da sala: No início as cadeiras estão colocadas em forma de U com espaço suficiente para a produção individual.

Introdução

O presente exercício serve como introdução às leis e regulamentos que norteiam a Gestão de Finanças Públicas em Moçambique.

Elabora-se em plenária em forma de uma chuva de ideias o quadro jurídico-legal da GFP. Os participantes elaboram em pequenos grupos os objectivos e elementos chave da respectiva legislação e apresentam e discutem os mesmos em plenária.

Procedimento

Passos	Tempo	Conteúdos mais importantes	Material requerido	Dicas
Introdução	15'	<p>O facilitador começa a sessão com uma chuva de ideias sobre o quadro jurídico-legal da GFP.</p> <p>Pergunta-se aos participantes o que sabem sobre as leis e regulamentos que norteiam a GFP (Quais são os quadros jurídicos mais importantes? Como é regulada a GFP?).</p> <p>O facilitador faz uma colecção dos comentários no flipchart ou nos cartões de metaplan no quadro.</p>		<p>Antes do exercício deve ter um vitalizador que servirá para dividir os participantes em 3 grupos. Exemplo de um vitalizador: O barco está a afundar</p>
Exercício em grupo	20'	<p>O facilitador distribui para cada grupo um dos instrumentos legais e explica que cada grupo deve ver e discutir as leis e os regulamentos recebidos.</p> <p>Eles devem definir e preparar uma apresentação com os seguintes elementos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1.) O instrumento legal (ex. Lei 9/2002 de 12 Fevereiro), 2.) o(s) objectivo(s) do instrumento legal 3.) Elementos chave do instrumento legal <p>O facilitador anuncia que cada grupo tem 20 minutos para realizar a tarefa e preparar a apresentação.</p>	<p>Cópias para cada grupo das seguintes leis e regulamentos do SISTAFE:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Lei 9/2002 de 12 Fevereiro; -Decreto 23/2004 de 20 Agosto. -Diploma Ministerial 167/2009 de 23 Dezembro <p>Papel de flipchart, cartões, marcadores;</p> <p>Cartões ou flipchart com os seguintes categorias:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Instrumento 	<p>O grupo mais forte deve trabalhar com o Diploma Ministerial 167/2009</p>

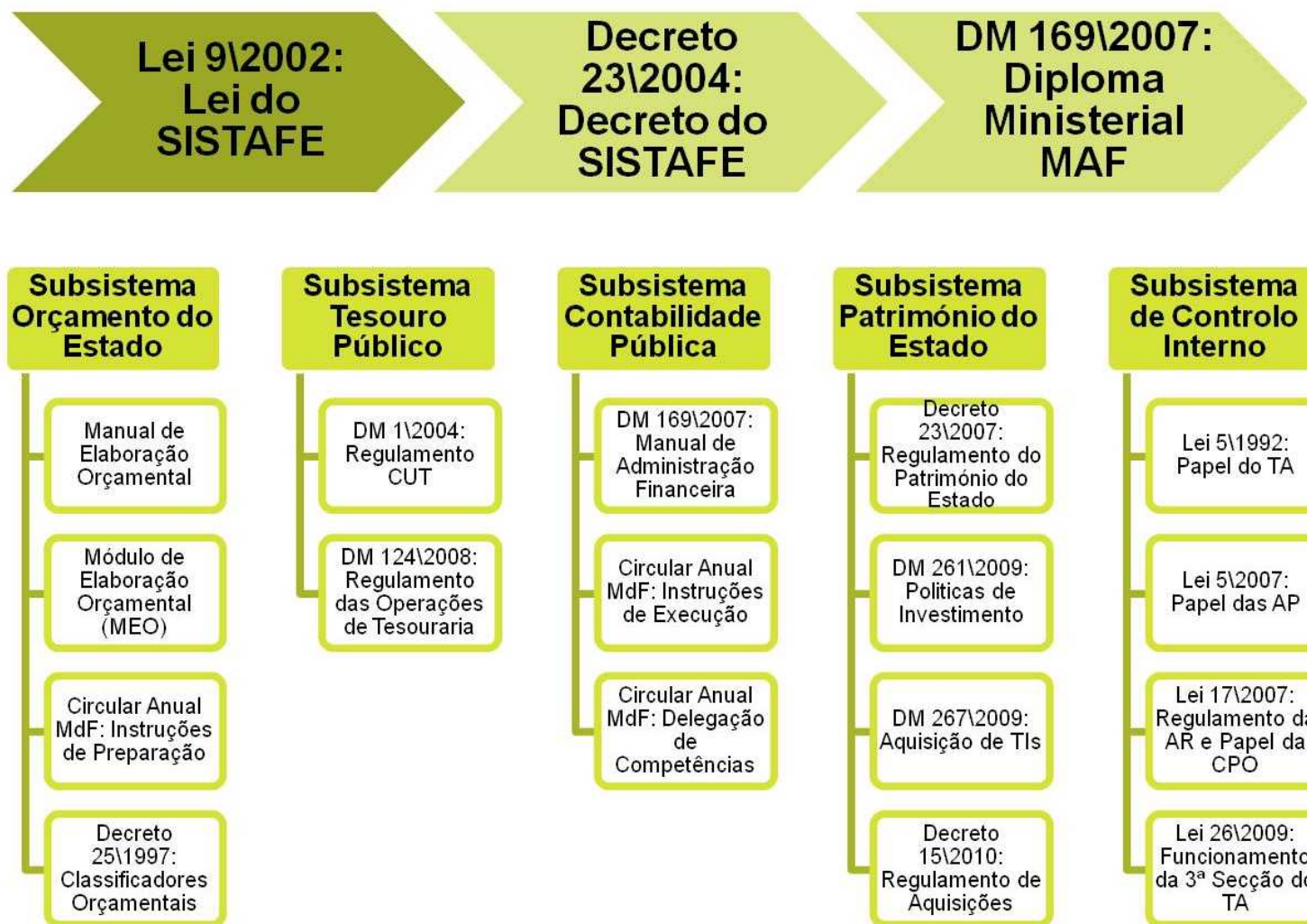
Passos	Tempo	Conteúdos mais importantes	Material requerido	Dicas
			Legal - Objectivo (do instrumento legal) - Elementos chave	
Publicação	30'	Apresentação dos resultados por cada grupo (5 minutos por cada grupo). O formador recolhe do plenário perguntas e comentários/feedback relacionados ao trabalho do grupo (5 minutos por cada grupo). Depois ele apresenta o material de fundo.	Apresentação do material de fundo	
Processamento	5'	Quais foram as dificuldades na realização da tarefa? Como foi a vossa experiência trabalhar com as leis? Foi fácil ou foi difícil? Todos os membros do grupo conheciam bem as leis e regulamentos?		
Generalização/ Aplicação	15'	Qual é a relação dos documentos apresentados? Qual é a diferença entre leis, decretos e diplomas ministeriais? Qual é a importância das leis do SISTAFE para a DAF? Existem outras leis e regulamentos relevantes ao nível das Províncias e Distritos? Quais são?		O facilitador apresenta e explica o material de fundo com o quadro legal do SISTAFE, os seus subsistemas e a legislação relevante no contexto da descentralização. O facilitador também faz referência aos comentários dos participantes recolhidos durante a chuva de ideias

Dicas para a preparação, situações e problemas típicos

Variação

- 1) Usos e objectivos alternativos**
- 2) Minimizar/Maximizar**

Material de fundo: Sumario das leis



Principais leis e regulamentos que norteiam a GFP no nível nacional:

- Lei 5/1992 de 6 Maio, que define o papel do TA;
- Decreto 25/1997 de 29 Junho, que especifica os classificadores orçamentais em uso;
- Lei 9/2002 de 12 Fevereiro, que aprova do Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE);
- Diploma Ministerial 1/2004 de 7 Janeiro, o Regulamento da Conta Única do Tesouro;
- Decreto 23/2004 de 20 Agosto, que aprova o regulamento da lei do SISTAFE;
- Lei 17/2007 de 18 Julho, que estabelece o regulamento interno da Assembleia da Republica incluindo o papel e responsabilidades da Comissão do Plano e Orçamento;
- Diploma Ministerial 169/2007 de 31 Dezembro, que estabelece o Manual de Administração Financeira aplicável a todas as instituições do Estado nos processos de execução orçamental;
- Decreto 23/2007 de 9 Agosto, que estabelece o Regulamento de Gestão de Património;
- Diploma Ministerial 124/2008, o Regulamento das Operações de Tesouraria;
- Lei 26/2009 de 29 Setembro, que especifica as responsabilidades e funcionamento da 3ª secção do Tribunal Administrativo no que concerne a provação e revisão \ verificação prévia ou sucessiva da despesa pública;
- Diploma Ministerial 261/2009 de 22 Dezembro, que detalha as regras e princípios para a definição, implementação e controlo das políticas de investimento relacionadas com o património do Estado;
- Diploma Ministerial 267/2009 de 23 Dezembro, que detalha as regras e critérios para a aquisição de sistemas informáticas por qualquer instituição do Estado para orçamentação, execução ou gestão de fundos do OE;
- Decreto 15/2010 de 24 Maio, o Regulamento de Aquisições do Estado.

Relevantes leis e regulamentos ao nível das Províncias:

- Lei 8/2003 de 19 Maio, a Lei dos Órgãos Locais do Estado e que detalha a organização do governo nos níveis Provincial e distrital;
- Decreto 11/2005 de 10 Junho, que aprova o regulamento da Lei dos Órgãos Locais do Estado;

Relevantes leis e regulamentos ao nível dos Municípios:

- Lei 2/1997 de 10 Julho, que define o papel nos Municípios;
- Lei 5/2007 de 9 Fevereiro, que estabelece o quadro legal para o desenvolvimento das Assembleias Provinciais;
- Lei 1/2008 de 16 Janeiro, que define o regime patrimonial, orçamental e financeiro dos Municípios;



Governo de Moçambique
Ministério da Agricultura

QUADRO JURÍDICO LEGAL DA GFP

Modulo II: Sistema, Instituições e Quadro Jurídico-Legal da GFP



NÍVEL NACIONAL

– AS LEIS MAIS IMPORTANTES

- ⊙ Lei 9/2002 de 12 Fevereiro, que aprova do Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE) – Lei do SISTAFE
- ⊙ Decreto 23/2004 de 20 Agosto, que aprova o Regulamento da lei do SISTAFE
- ⊙ Diploma Ministerial 169/2007 de 31 Dezembro, que estabelece o Manual de Administração Financeira aplicável a todas as instituições do Estado nos processos de execução orçamental

NÍVEL NACIONAL

– AS LEIS MAIS IMPORTANTES II

- ⊙ Lei 26/2009 de 29 Setembro: especifica as responsabilidades e funcionamento da 3ª secção do Tribunal Administrativo no que concerne a provação e revisão \ verificação prévia ou sucessiva da Despesa Pública
 - ⊙ Substituiu o lei No 13/97, de 10 de Julho que estabelece o regime de Auditoria e Inspeção das Despesas Publicas pelo Tribunal Administrativo
- ⊙ Decreto 15/2010 de 24 Maio: o Regulamento de Aquisições do Estado
 - ⊙ Substituiu o Decreto 54/2005



NÍVEL NACIONAL

- OUTRAS LEIS APLICÁVEL

- Lei 5/1992 de 6 Maio, que define o papel do Tribunal Administrativo
- Decreto 25/1997 de 29 Junho, que especifica os Classificadores Orçamentais em uso
- Diploma Ministerial 1/2004 de 7 Janeiro, o Regulamento da Conta Única do Tesouro;
- Lei 17/2007 de 18 Julho, que estabelece o regulamento interno da Assembleia da Republica incluindo o papel e responsabilidades da Comissão do Plano e Orçamento;

NÍVEL NACIONAL

- OUTRAS LEIS APLICÁVEL

- Decreto 23/2007 de 9 Agosto: estabelece o Regulamento de Gestão de Património;
- Diploma Ministerial 124/2008: o Regulamento das Operações de Tesouraria;
- Diploma Ministerial 261/2009 de 22 Dezembro: detalha as regras e princípios para a definição, Implementação e controlo das políticas de Investimento relacionadas com o património do Estado;
- Diploma Ministerial 267/2009 de 23 Dezembro, que detalha as regras e critérios para a aquisição de TI por qualquer instituição do Estado para orçamentação, execução ou gestão de fundos do OE;

NÍVEL PROVINCIAL

- ⊙ Lei 8/2003 de 19 Maio: a Lei dos Órgãos Locais do Estado e que detalha a organização do governo nos níveis Provincial e distrital
- ⊙ Decreto 11/2005 de 10 Junho: aprova o regulamento da Lei dos Órgãos Locais do Estado
- ⊙ Lei 5/2007 de 9 Fevereiro, que estabelece o quadro legal para o desenvolvimento das Assembleias Provinciais;

NÍVEL DOS MUNICÍPIOS

- ⊙ Lei 2/1997 de 10 Julho: define o papel nos Municípios
- ⊙ Lei 1/2008 de 16 Janeiro: define o regime patrimonial, orçamental e financeiro dos Municípios

RESUMO DAS LEIS

Lei 9\2002: Lei do SISTAFE

Decreto 23\2004: Decreto do SISTAFE

DM 169\2007: Diploma Ministerial MAF

Subsistema Orçamento do Estado

Manual de Elaboração Orçamental

Módulo de Elaboração Orçamental (MEO)

Circular Anual MdF: Instruções de Preparação

Decreto 25\1997: Classificadores Orçamentais

Subsistema Tesouro Público

DM 1\2004: Regulamento CUT

DM 124\2008: Regulamento das Operações de Tesouraria

Subsistema Contabilidade Pública

DM 169\2007: Manual de Administração Financeira

Circular Anual MdF: Instruções de Execução

Circular Anual MdF: Delegação de Competências

Subsistema Património do Estado

Decreto 23\2007: Regulamento do Património do Estado

DM 261\2009: Políticas de Investimento

DM 267\2009: Aquisição de TIs

Decreto 15\2010: Regulamento de Aquisições

Subsistema Controlo Interno

Lei 5\1992: Papel do TA

Lei 5\2007: Papel das AP

Lei 17\2007: Regulamento da AR e Papel da CPO

Lei 26\2009: Funcionamento da 3ª Secção do TA



Governo de Moçambique
Ministério da Agricultura

O SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO (SISTAFE)

MODULO II: Sistema, Instituições e Quadro Jurídico Legal da GFP

PRINCÍPIOS FINANCEIROS

Controlo do
dinheiro

Planificação da
despesa

Registo da despesa

PRINCÍPIOS FINANCEIROS

Tesouro

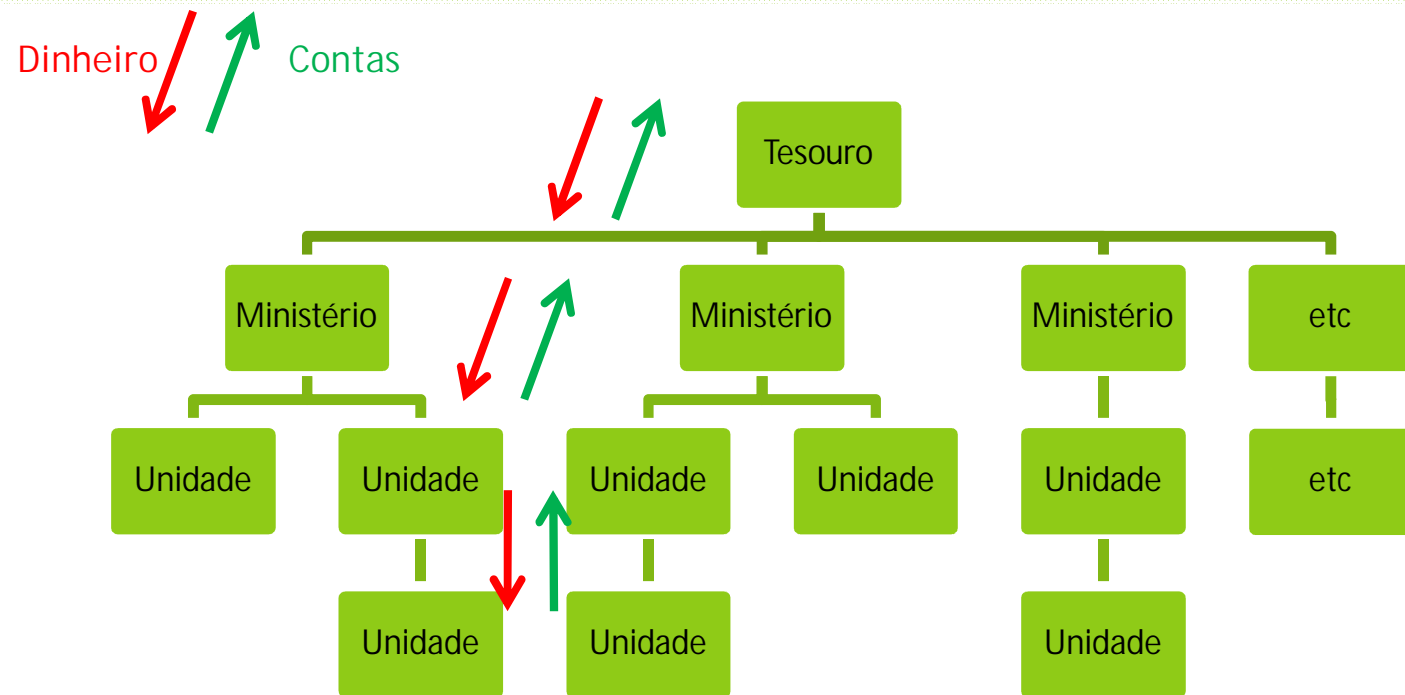


Orçamentação



Contabilidade

SITUAÇÃO ANTES DO SISTAFE



SITUAÇÃO ANTES DO SISTAFE

Tesouro



Sem controlo
sobre as contas
bancárias ou
pagamentos



Orçamentação



Cobertura
limitada,
declaração de
intenções



Contabilidade



Incompleta,
tardia,
não fiável

SISTAFE (2002 - ????)

- ⊙ Uma nova reforma e sistema financeiro- Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE)
- ⊙ Centrado à volta de um novo sistema informático (e-Sistafe) a ser desenvolvido internamente
- ⊙ Sob o controlo da Unidade Técnica da Reforma da Administração Financeira do Estado – UTRAFE – dentro do Ministério das Finanças, desde 2002
- ⊙ Inicialmente um projecto de 3 anos, e US\$36m
- ⊙ Actualmente na sua 3ª fase de períodos trianuais, e perto de US\$100 milhões gastos, mas ainda existe um caminho longo a percorrer
- ⊙ Financiado por um Fundo Comum (multilateral)

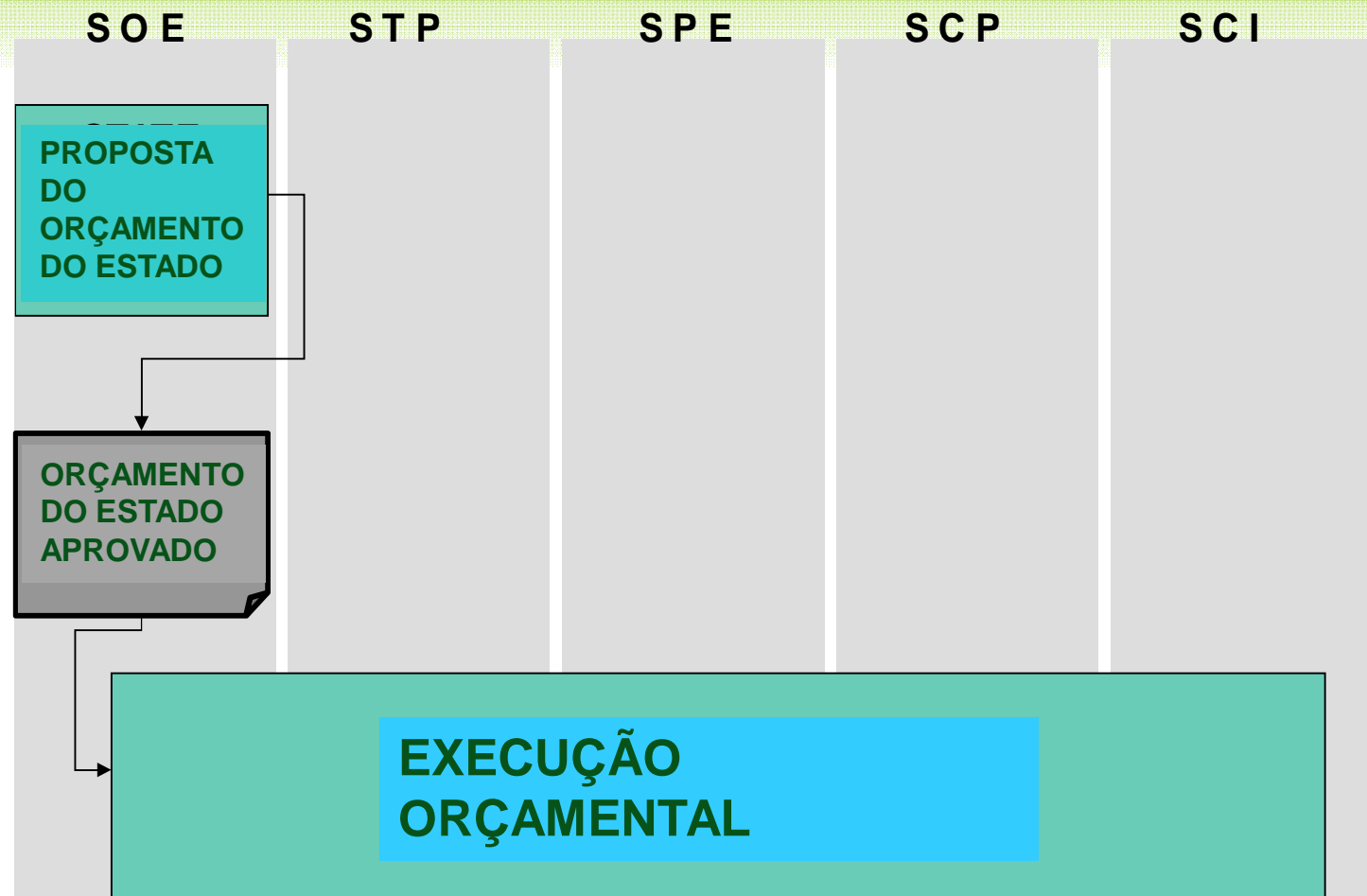
O QUADRO DO SISTAFE



O QUADRO DO SISTAFE



O QUADRO DO SISTAFE





INSTRUMENTOS DO SISTAFE

- Classificadores Orçamentais
- Plano Básico de Contabilidade Pública
- Conta Única do Tesouro
- Programação Financeira
- Rede de Cobrança
- Cadastro e Inventário
- Conta Geral do Estado
- Programação Controlo Interno
- e-Sistafe

SISTAFE - CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS

- ⊙ Tesouro, Orçamentação, Contabilidade
- ⊙ Conta Única do Tesouro
- ⊙ (Mais) cobertura completa
 - ⊙ ministérios, províncias, distritos
 - ⊙ Fundos doadores
 - ⊙ “recursos próprios”
- ⊙ Relações directas entre as unidades orçamentais e o e-Sistafe
- ⊙ Execução directa dos pagamentos substitui o adiantamento de fundos

O QUE FOI REALIZADO COM O SISTAFE?

- ◎ Melhor gestão do tesouro: Controlo sobre as contas bancárias, os ganhos em liquidez
- ◎ Expansão da cobertura: Das unidades e despesas orçamentais \ Dos fundos dos doadores e dos recursos próprios
- ◎ Melhor contabilidade: Mais rápida (tempo útil), mais completa, mais fiável
- ◎ Melhor orçamentação: Automática
- ◎ Uma forte “fábrica” de Tis: Centro de dados, desenvolvimento de capacidades/experiência
- ◎ Crescimento da capacidade financeira